



APROPRIAÇÃO DA ÁGUA PELO CAPITAL: reflexões acerca do avanço da
contrarreforma neoliberal no setor de Saneamento básico no Brasil

APPROPRIATION OF WATER BY CAPITAL: reflections on the advancement of
neo-liberal reformation in the basic sanitation sector in Brazil

Léia Lima Soares

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Masilene Rocha Viana

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

RESUMO

Reflexão com vistas a discutir o avanço do projeto privatista neoliberal no setor de saneamento básico no Brasil como estratégia de desenvolvimento do capital internacional, a partir do tratamento histórico dado à questão do saneamento no âmbito das políticas públicas no país, com ênfase no atual momento de acirramento neoliberal e implantação do pacote de privatizações no âmbito das reformas do governo Temer. A abordagem metodológica é de natureza qualitativa contando com a revisão de literatura como procedimento metodológico e a conclusão aponta como os riscos do processo de mercantilização da água e dos serviços essenciais de saneamento básico relacionam-se à perda de direitos sociais sobretudo para as populações mais pobres e indica a necessidade de fortalecimento de resistência popular contra tal processo.

PALAVRAS-CHAVE: Saneamento Básico. Capital. Neoliberalismo.

ABSTRACT

As a reflection, be part of the theoretical deepening of doctoral research in progress, and aim to discuss the advancement of the neoliberal privatization project in the Brazilian non-sanitation sector as a strategy for the development of international capital, based on the historical treatment given to the Sanitation issue without the right to public policies in the country, with emphasis on the current moment of neoliberal intensification and implementation of the privatization package in the case of Temer government reforms. A methodological and qualitative approach, with a review of the literature as a methodological procedure and conclusion, points out how the risks of the process of water commodification and essential sanitation services are related to the loss of social rights, especially for the poorest and indicates the need to strengthen popular resistance against the process.

KEY WORDS: Basic Sanitation. Capital. Neoliberalism.

1 INTRODUÇÃO

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



As ações de saneamento básico, tal como desenvolvidas no Brasil com foco preponderante no abastecimento de água potável e serviços de coleta de esgotos, para não adentrar na problematização da ausência de tratamento de esgotos, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana, revelam insuficiência no atendimento das necessidades básicas das populações, quando observa-se que a universalização do abastecimento ainda é um desafio e que metade da população do país vive sem serviços de coleta de esgoto, segundo dados referentes à 2015 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). (BRASIL, 2015).

Destarte, a questão do saneamento básico no Brasil historicamente tem sido tratada como parte do projeto de desenvolvimento urbano, que sem dúvidas ocorreu de forma excludente “desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, que é quando as cidades tendem a ganhar nova dimensão e tem o início o problema da habitação”. (MARICATO, 2001, p.22). Configura-se, portanto graves problemas urbanos e rurais sobretudo nas regiões mais pobres do país. De um lado, populações rurais sofrem com a falta de abastecimento vividos com intensidade em períodos de estiagem, de outro, mesmo nos grandes centros urbanos assiste-se aos problemas de enchentes, poluição e proliferação de doenças diversas que acometem toda a população, além da ausência de serviços nas periferias urbanas, muitas vezes permeada por interesses clientelísticos-eleitoreiros.

Fato é que a conformação das políticas públicas, seja de abastecimento de água, tal como a política de açudagem iniciada pelo Estado Brasileiro a partir do século XX para resolver o problema da seca sobretudo no semiárido, bem como as políticas de saneamento básico, estiveram marcadas predominantemente para o atendimento das necessidades das classes dominantes, revelando que a desigualdade social ainda perdura no acesso ao saneamento básico, implicando a perda de direitos de cidadania e impactos na saúde, qualidade de vida e bem-estar.

Defende-se a tese de que tais desigualdades sociais que acompanham a trajetória das políticas urbanas, no caso específico do saneamento básico, são gestadas pelo próprio capital, por meio do resgate da história da política de saneamento no Brasil desde o período do regime militar, pós-1964 até a implementação do receituário neoliberal a partir dos anos 1990 com ênfase para o atual cenário de contrarreforma do governo de Michel Temer, buscando relacionar a avalanche de acordos com o setor privado para o controle da água e dos serviços de saneamento básico, como estratégia do capital e entrave para a universalização com ônus para os mais pobres.



2 A NECESSIDADE DO CAPITAL EM APROPRIAR-SE DA ÁGUA

As transformações recentes vislumbradas no setor de saneamento básico, no que se refere aos processos de mercantilização da água e seu acesso inscrevem-se no conjunto de alterações impulsionadas pelo receituário neoliberal, mas que fazem parte de um processo mais amplo de desenvolvimento do capital. Assim, antes de se propor analisar a situação do saneamento básico no Brasil sob quaisquer aspectos, deve-se perguntar qual o interesse do capital em apropriar-se da água, seja do recurso natural em si ou dos serviços para seu abastecimento.

Sabe-se que os processos de acumulação do capital são essenciais para sua sobrevivência, necessitando constantemente de produtores e consumidores na relação exata para garantia da produção do lucro, ainda que para isso necessite a reposição contínua do exército industrial de reserva e a criação ou ampliação de mercados, que no atual estágio do capital financeiro funciona com o uso de mecanismos diversos, tais como a mercantilização dos recursos naturais e mesmo dos direitos.

Compreende-se, assim, que o capital, procura manter seu domínio não apenas através da política econômica, mas também se infiltrando nas ações do Estado (SANTOS, 2016, p.181), principalmente com o impulso neoliberal, as próprias políticas sociais são utilizadas e manipuladas de acordo com as necessidades de expansão e acumulação do capital, provocando a redução de direitos da classe trabalhadora que passa a conformar-se a atendimentos mínimos e restritivos.

Harvey (2008) sustenta que o neoliberalismo é uma teoria das práticas político-econômicas que objetiva o bem-estar humano por meio das liberdades individuais em uma estrutura de manutenção da propriedade privada, livre mercado e livre comércio, na qual o Estado deve exercer suas funções de forma a garantir o funcionamento dos mercados.

Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício. (HARVEY, p.12).

Ou seja, entende-se que o neoliberalismo faz uso da intervenção estatal de forma a responder seus interesses, criando inclusive necessidades e mercados, mas com a ressalva de

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



ser uma intervenção mínima uma vez que acredita e defende a tese da incapacidade do Estado em corresponder às finalidades do mercado.

Historicamente, o neoliberalismo pode ser situado, de acordo com Laurell (2002) quando a crise econômica mundial do final dos anos 1970 abriu precedentes para a propagação do postulado do livre mercado como uma alternativa para a sua superação. O intervencionismo estatal passou a ser atacado pelos neoliberais de antieconômico, antiprodutivo, ineficaz e ineficiente, propondo como solução da crise, a restituição do mercado e o estímulo ao individualismo e a competição. Assim, a eliminação do Estado deveria se dar nas funções de planejamento e condução, através da privatização e desregulamentação das atividades econômicas e através da redução das ações relacionadas ao bem-estar. (LAURELL, 2002, p.161-162).

Em uma perspectiva histórico-cultural, Soares (2009) afirma que no Brasil a crise dos anos 1980, expressa no esgotamento do modelo de Estado Desenvolvimentista que combinava crescimento e desenvolvimento em processos de “fuga para a frente” baseados na articulação do Estado com o capital estrangeiro e nacional, deu a tônica para o retorno à ortodoxia do ajuste neoliberal implantado de forma retardatária e intensa no país na década de 1990. (SOARES, 2009, p.37).

Soares (2009, p.46) aponta ainda que na década de 1990 - à revelia da suposta neutralidade das políticas de ajuste defendida por organismos tais como FMI e Banco Mundial - , a própria OMS tendo um representante como porta-voz já alertava para os efeitos drásticos das políticas de ajuste na América Latina, anunciando que “o descuido com as obras de saneamento ambiental, o estado lamentável da infraestrutura em saúde e o desabastecimento de água” poderiam gerar uma epidemia de cólera, comum em situações de extrema pobreza.

Tais políticas de ajuste oriundas do Consenso de Washington, de acordo com Boaventura Santos (1998) fizeram parte da crise do reformismo do Estado desencadeada desde os anos 1980, quando a estratégia de acumulação do Estado nacional sobrepôs-se às estratégias de confiança e legitimação até então articuladas na garantia da produção capitalista.

O Estado fraco, que emerge do Consenso de Washington, só é fraco ao nível das estratégias de hegemonia e de confiança. Ao nível da estratégia de acumulação é mais forte do que nunca, na medida em que passa a competir ao Estado a gerir e a legitimar no espaço nacional as exigências do capitalismo global. (SANTOS, 1998, p.3).

Segundo Santos (1998, p.2), “o campo de intervenção social da estratégia de acumulação é a mercantilização do trabalho de bens e serviços” estratégia imprescindível para o processo de construção de um Estado alinhado às exigências do capitalismo global. Nesta



direção, Silva (2001 p.5) complementa que o saneamento básico também é submetido à lógica mercantil, não apenas como forma necessária para o equilíbrio econômico, conforme propaga a ideologia neoliberal, mas também como precedente para a formação de monopólios privados, de forma indiscriminada, sem contrapartidas de proteção à economia nacional, à exemplo do que ocorreu no setor de telecomunicações e recentemente avança nos setores de água e energia elétrica, com a presença maciça de grupos econômicos estrangeiros.

Vetter e Massena (1981, p.51-52) contribuem ao investigar quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do estado em infraestrutura urbana e ressaltam ser imprescindível considerar o processo político na alocação de recursos nas grandes cidades e o impacto dos investimentos públicos sobre tal processo através da segregação residencial gerada, por isso utilizam a teoria de causação circular para explicar como os diferentes grupos políticos podem influenciar as ações do Estado em seu favor durante a apropriação dos benefícios líquidos e para a própria constituição da estrutura interna da cidade.

Assim, a disposição dos serviços por localização pode favorecer ou desfavorecer os diferentes grupos conforme seus rendimentos, sendo o capital um dos grupos potenciais beneficiados, ao valer-se de diversas estratégias para aumentar as taxas de lucro e acumulação em um investimento de infraestrutura urbana, por exemplo, (os outros seriam os proprietários e os incorporadores). (VETTER; MASSENA, 1981, p.54-62).

Além disso, dada a enorme desigualdade econômica e social no Brasil, destaca-se o risco da formação de monopólios para a extração de lucros daqueles que necessitam dos serviços coletivos, no caso da água e os serviços de infraestrutura urbana de saneamento, que de acordo com a teoria de causação circular anteriormente mencionada, as famílias que vivem na periferia estão suscetíveis a oneração de tarifas por tais bens e serviços sem a contrapartida adequada de investimentos em infraestrutura urbana. Isso mostra a fluidez e a flexibilidade do capital, que se refere Harvey (2011, p.69) ao utilizar as diversas estratégias de sobrevivência, mesmo que para isto seja necessário o sacrifício de direitos.

3 AS POLÍTICAS DE SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL: das origens à vaga neoliberal

No intuito de recuperar a história do saneamento básico no Brasil, Freitas (2013) sistematiza quatro momentos principais do desenvolvimento deste setor na sociedade capitalista desde o século XIX, mostrando como o Brasil, dentre outros países periféricos acompanharam

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



o que já vinha sendo desenvolvido nos principais países desenvolvidos. Aponta que inicialmente os serviços de água eram realizados por companhias privadas de forma a beneficiar uma pequena parcela da população que dispunha de condições de pagar pelos serviços, situação que perdurara até início do século XX inclusive no Nordeste brasileiro que contou com a presença de empresas estrangeiras dentre outros agentes privados que realizavam o transporte e venda de água.

Por exemplo, a capital do Piauí na primeira década do século XX, segundo Teresinha Queiroz (1998) não possuía qualquer infraestrutura que possibilitasse referenciá-la como centro urbano no circuito da modernidade em avanço nas cidades mais desenvolvidas. Sem serviços de abastecimento de água, esgoto, luz elétrica e calçamento, as tentativas de realização destes serviços partiram de agentes particulares, sendo o serviço de abastecimento d'água o foco da primeira tentativa de execução pela iniciativa privada em Teresina em 1900, experiência que sem êxito foi retomada pelo Estado em 1903. (QUEIROZ, 1998, p.26-28).

O segundo momento corresponderia, de acordo com Freitas (2013) à um processo de municipalização iniciado em resposta às reivindicações de populares que denunciavam as péssimas condições sanitárias a que estavam submetidos no transcorrer do processo de urbanização, que no Brasil veio a ocorrer na primeira metade do século XX quando a ação estatal passa a assumir os serviços, ainda que a oferta ainda seja marcada pela desigualdade no acesso.

Enquanto que, o terceiro estágio na história do saneamento no mundo coincidiria com o período de expansão das políticas fordistas-keynesianas do pós-guerra, em que o Estado passara a assumir o saneamento básico com vistas atender à reprodução do capitalismo através do processo de modernização e crescimento econômico, por meio de investimento em infraestruturas, momento de expansão que perdurara até pelo menos o início dos anos 1970 nos países desenvolvidos. (FREITAS, 2013, p.42-43).

Com a atraso para o Brasil, a década de 1970 marcara apenas o início da intervenção do governo federal no setor com a criação do Sistema Nacional de Saneamento, por meio do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) criado em 1971. Até então, a oferta de serviços era municipal e o quadro de precariedade urbana evidenciava a debilidade dos serviços de saneamento mesmo nas cidades mais desenvolvidas do país.

O quarto estágio no setor de saneamento básico corresponde, para Freitas (2013, p.85), ao momento de “guinada” nas políticas de Estado sob a influência da vaga neoliberal que a partir dos anos 1980 no plano mundial, favoreceu para estreitar as relações entre o público e privado, principalmente através da privatização, desregulamentação, flexibilização e

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



mercantilização no setor de saneamento básico e demais políticas sociais que passaram a distanciar-se das metas de universalização para funcionar sob a lógica da focalização para as camadas mais empobrecidas da população que não dispõem de recursos para pagar por serviços ofertados pelo mercado.

Indubitavelmente, o PLANASA inaugurou uma fase de expansão dos serviços de saneamento básico sob o centralismo autoritário do governo federal, que contando com fomento do BNH (Banco Nacional de Habitação) e recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) possibilitou a criação das companhias estaduais de saneamento básico (CEBs) em cada estado da federação, conforme assevera Arretche (2000, p.85).

No entanto, esta expansão da cobertura ocorreu de modo desigual. Foram privilegiados os investimentos em água, pois estes representavam menores custos e propiciam retornos mais rápidos através de tarifas. Além disso, embora tenha ocorrido uma significativa expansão dos serviços em todo o território nacional, o PLANASA privilegiou as regiões mais ricas do Sul e Sudeste do país, assim como a maior parte dos investimentos esteve concentrada nas cidades mais populosas e, nestas nos segmentos populacionais de maior renda. (ARRETCHE, 2000, p.85).

Denota-se que mesmo sob a égide do PLANASA, o saneamento básico passou ao largo de atingir a universalização, à medida em que a insuficiência no atendimento a estes serviços no Brasil foi e ainda é pujante sobretudo nas regiões mais empobrecidas, como periferias urbanas e localidades rurais. Na realidade, a explicação para tal insuficiência, só pode ser encontrada na própria contradição do Plano que se propunha ao alcance de metas incompatíveis com os propósitos de acumulação e reprodução capitalista, pactuados intensamente pelos governos, principalmente durante o regime militar, conforme aponta Freitas (2013):

Dessa forma, as metas estabelecidas pelo Plano podem ser encaradas como uma estratégia para acomodar as possíveis crises entre o tripé de reprodução capitalista e as classes subordinadas, evitando-se uma convulsão social, através da promessa de expansão dos benefícios da modernidade aos “pobres urbanos”. Mas o alcance de tais metas seria de dificuldade assombrosa (para não dizer impossível), pois a ordem era, e ainda é, acumular, e não há acumulação sem exploração e, logicamente, sem exclusão ou inclusão degradada (FREITAS, 2013, p.84).

Segundo Arretche (2000) com a extinção do BNH em 1986 e a diminuição dos recursos do FGTS, agravaram-se os problemas de financiamento das políticas urbanas, houve uma desarticulação burocrática dificultando a implementação de programas federais, que configurou uma crise institucional para as políticas urbanas que sofreram diversas transferências entre ministérios, a própria política nacional de saneamento, por exemplo foi transferida para o Ministério da Saúde. Nem mesmo a Constituição de 1988 contribuiu para a reorganização de competências para as políticas urbanas de habitação e saneamento básico. Assim, o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 foram marcados por indefinições e ausência de uma política

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



nacional pelo menos até 1995 quando se definiu uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (ARRETCHE, 2000, p.87-91).

Conforme Araújo Filho (2008, p.62) por mais que durante os anos 1990 a política de saneamento tenha passado a executar programas de urbanização de favelas, principalmente por meio do esgotamento sanitário nas periferias metropolitanas, tais como o Programa de Saneamento para Núcleos Urbanos (PRONURB) e o Programa de Saneamento para a População de Baixa Renda (PROSANEAR), ainda assim tais medidas não significaram a constituição de um modelo operacional e institucional para o setor, sobretudo se considerarmos as limitações impostas pela política macroeconômica do período e os cortes de investimentos públicos promovidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e a política de ajuste fiscal.

Esse quadro deflagrou, inclusive, uma expressiva adesão dos tomadores de decisão governamentais federais à ideia de privatizar o setor de saneamento como alternativa ao processo de asfixia financeira a que as companhias regionais estavam submetidas. Nesse sentido, a fragmentação institucional da política, a contenção dos investimentos públicos, e uma forte coalizão política em favor da privatização. (ARAÚJO FILHO, 2008, p.62).

Os governos Lula e Dilma ainda que inseridos no capitalismo neoliberal, adotaram a estratégia de desenvolvimento combinado à expansão de políticas voltadas para as classes sociais mais pobres, ainda que sob a forma de políticas de distribuição de renda restritivas e focalizadas, num amplo projeto que se convencional chamar neodesenvolvimentismo. (BOITO JR.; BERRINGER, 2013).

A partir do golpe político de 2016 e adoção de agenda draconiana voltada para o ajuste fiscal, o governo Temer instaurou amplo pacote de privatizações no setor de saneamento que pode ser relacionado à um momento de recrudescimento neoliberal, que possibilita identificá-lo como um quinto estágio do setor de saneamento básico brasileiro, em referência à sistematização de Freitas (2013).

O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) lançado através de lei N° 13.334/2016, sancionada em 2016, por exemplo, foi criada com o objetivo de estreitar as relações entre Estado e iniciativa privada principalmente através de projetos de desestatização, contando com o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para estabelecimento de parcerias público-privada (PPP), concessões e privatizações das empresas estatais, inaugurando um período de incertezas quanto ao futuro do setor de saneamento.

4 CONCLUSÃO

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Refletir sobre a atual situação do saneamento básico no Brasil, em termos da condução da política pública e do acesso à água que tem sido orientada pelo ideário neoliberal e incentivo a privatização no setor, remete à compreensão ampliada de como o capital se apropria estrategicamente dos recursos naturais.

A partir da década de 1990 e difusão da ideologia neoliberal no Brasil, predominou no âmbito dos debates sobre a reforma do estado, principalmente a partir do governo FHC em 1995, as propostas de redução do Estado ao mínimo em função do êxito do mercado e logo a incorporação do Estado às estratégias de acumulação do capitalismo global. As políticas urbanas nesta conjuntura passam por um esvaziamento de investimentos nas áreas de saneamento, habitação e infraestrutura que comprometem a universalização dos serviços e o acesso sobretudo em áreas empobrecidas.

O golpe político de 2016 provocou um recrudescimento da ofensiva neoliberal com a execução de ampla agenda de privatizações da infraestrutura de saneamento básico e a especulação pelo controle da água através de acordos entre governos e grandes empresas, que põem em cheque a questão do acesso a água de forma equânime e mesmo a preservação ambiental em razão de interesses lucrativos de particulares.

O domínio do mercado sobre a água e os serviços essenciais a ela relacionados na atual conjuntura, sob diversas formas podem acirrar os conflitos por água e obviamente ameaçar as condições de salubridade, qualidade de vida, dignidade da pessoa humana e preservação ambiental, uma vez que a lógica restritiva da contrarreforma em curso no Brasil impacta negativamente a política pública de saneamento básico, especialmente para a população pobre. Nesta direção, aponta-se a importância da resistência e organização de movimentos populares contra as diversas formas de privatização, controle ou mercantilização da água.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO FILHO, V.F. **O quadro institucional do setor de saneamento básico e a estratégia operacional do PAC:** possíveis impactos sobre o perfil dos investimentos e a redução do déficit. IPEA. Regional e urbano. 2008. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/081207_boletimregional1_cap9.pdf> Acesso em: 11.mar.2018.

ARRETCHE, M.T. da S. **Estado federativo e políticas sociais:** determinantes da descentralização. São Paulo; Rio de Janeiro: REVAN; FAPESP. 2000.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



BRASIL. Ministério das Cidades. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento**. Disponível em: < <http://www.snis.gov.br/> > Acesso em: 10.mar.2018.

BOITO JR., A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Sociologia Política**. vol.21, n.47. Curitiba, 2013.

FREITAS, E. de S. M. **As políticas de saneamento no final do século XX e suas implicações**: reflexões a partir da reestruturação produtiva da/na COPASA/MG. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. Belo Horizonte, 2013.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Trad.: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. Trad. Sobral A; Gonçalves, M. São Paulo: Loyola, 2008.

LAURELL, A.C. Avançando em direção ao passado; a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, A. C. (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p.151-178.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes. 2001.

QUEIROZ, T. **Os literatos e a república**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 2. ed. Teresina; João Pessoa. EDUFPI; EDUFPB. 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A reinvenção solidária e participativa do Estado**. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais. Coimbra, 1998. Disponível em: <<http://formacaoredefale.pbworks.com/f/A%20Reinven%C3%A7%C3%A3o%20Solid%C3%A1ria%20e%20Participativa%20do%20Estado.pdf>> Acesso em 12.mar.2018.

SANTOS, M. **Estado, política social e controle do capital**. 13.ed. Coletivo Veredas. Maceió, 2016.

SILVA, Ilse G. A reforma do Estado brasileiro nos anos 90: processos e contradições. **Lutas Sociais**. nº 7. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, 2001. Disponível em: < http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v7_ilse_gomes.pdf > Acesso em 13.mar.2018.

SOARES, L.T. **Os custos do ajuste neoliberal na América Latina**. 3 ed. São Paulo: Cortez. 2009.

VETTER, D.; MASSENA, R. Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infraestrutura? Uma teoria da causação circular. In: SILVA, L. A. Machado da (org.). **Solo urbano**: Tópicos sobre o uso da terra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1981.